

OS DESAFIOS DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS AUTISTAS: O QUE DIZEM OS PROFESSORES

Juliana Paixão de Jesus ¹
Solange Cristina da Silva ²
Geisa Letícia Kempfer Böck ³

RESUMO

O tema da inclusão tem estado presente nas pautas dos grupos de educadores e da sociedade em geral, o qual perpassou por uma longa e transformadora jornada histórica. Falar sobre inclusão é desafiador, uma vez que abrange uma grande diversidade de assuntos, como legislação, políticas públicas, acessibilidade, educação especial, educação inclusiva, conceito de escola, entre outros. Refletir sobre a inclusão de autistas na educação infantil, implica em pensar esse conjunto de diversidades. O autismo, é um tema de grande amplitude dentro da literatura e estudos científicos. Quando falamos em inclusão de crianças autistas nas salas de aula de educação infantil, é perceptível os desafios encontrados pelos docentes às suas práticas. Este texto apresenta uma breve síntese de uma pesquisa em andamento sobre a realidade das salas de aula da educação infantil frente às práticas pedagógicas para a educação inclusiva, tendo como objetivo analisar as práticas pedagógicas educativas inclusivas para crianças autistas na Educação Infantil e os desafios pedagógicos para atuar com essas crianças. Assim sendo, é preciso lembrar que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, em que o cuidar e o educar andam de mãos dadas, e que é na primeira infância por meio das interações sociais que o sujeito adquire seu conhecimento de mundo para desenvolver habilidades para as práticas do cotidiano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório descritiva, que foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e análise documental dos documentos normativos tais como as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Base Nacional Comum Curricular, Plano Nacional de educação, e das obras que serão pautadas em autores que fundamentem a temática da formação docente.

Palavras-chave: Autismo, Educação Especial, Educação Inclusiva, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Tematizar a respeito da inclusão é algo desafiador, pois abrange uma grande diversidade de assuntos, tais como legislação, políticas públicas, acessibilidade, educação especial, escola e família.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Do Vale Do Itajaí-UNIVALI, Mestranda em Educação Inclusiva, PROFEI- UDESC, juliana_univali@hotmail.com

² Doutora em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, Santa Catarina Solange.silva@udesc.br

³ Doutora em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, Santa Catarina, geisabock@gmail.com

Em muitas pesquisas, o tema inclusão tem ganhado respaldo, desde meados do século XX, onde há o interesse em falar sobre inclusão no âmbito escolar. No Brasil, a inclusão das crianças com deficiência e o atendimento igualitário às diligências educacionais individuais dessas crianças, está previsto na Constituição Federal de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente regido pela lei nº 8.069 (BRASIL, 1990). A temática ganha relevância em razão da conferência mundial sobre educação para todos, na qual o objetivo é a melhoria dos aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência do ensino, de forma que a aprendizagem seja alcançada por todos dentro das potencialidades de cada ser humano, garantindo o acesso universal à educação.

Com os movimentos da atualidade, como a criação das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a elaboração da Base Comum Curricular (BNCC) são destacadas questões para que os governos promovam oportunidades de educação a todas as pessoas, evidenciando o trabalho pedagógico e a educação inclusiva como práticas indissociáveis.

Vejamos o que diz o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

A educação inclusiva provoca muitos questionamentos por parte dos professores, os quais encontram dificuldades ao incluir de fato as crianças com deficiência nas salas de aula regular, pois atender às perspectivas e às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca de conhecimento sobre o que é e como acontece a inclusão não é uma tarefa fácil, essencialmente para professores da educação infantil.

A Educação Infantil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 determina que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 11).

Ao reconhecer a importância da educação infantil para formação dos sujeitos, é notório que é indispensável a organização de práticas pedagógicas que assegurem o trabalho com crianças de zero a cinco anos respeitando as suas características e peculiaridades próprias.

O autismo, que ganhou voz no Brasil após sancionada a lei nº 12764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Autismo onde “a pessoa com espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL 2012). Partindo da compreensão e da perspectiva do modelo social da deficiência, o autismo pode ser entendido como “variações neurocognitivas, parte da diversidade natural da constituição da espécie humana, que imprime diferentes modos de ser e estar no mundo” (MPSC,2022, P. 12).

O número crescente de matrículas de crianças autistas nas instituições de educação infantil traz uma demanda de desafios no campo das práticas pedagógicas que visem a notoriedade das particularidades dessas crianças, as quais apresentam características distintas. Devido as peculiares nas áreas de comunicação e interação que variam de criança para criança.

O processo de aprendizagem de crianças autistas requer adequações curriculares que confrontam os tradicionais métodos de ensino, já que impõe desafios aos professores e eliminação de barreiras para garantir o direito de acesso e permanência dessas crianças no ensino comum (DUTRA, 2008). Frente a tais abordagens, é preciso compreender a complexidade do processo de inclusão diante das especificidades de cada educando.

De acordo com as leituras realizadas para compor esse trabalho que ressalta sobre os desafios do cotidiano das salas de educação infantil, destaca-se a necessidade da formação continuada dos docentes. A ausência de formação é um dos desafios enfrentados pelos professores no auxílio da construção de uma sociedade com uma cultura inclusiva, visto que devemos plantar sementinhas dessa cultura desde a Educação Infantil, onde o cuidar e o educar andam de mãos dadas. É nessa etapa da educação e de primeira infância, que através das interações sociais o sujeito adquire seu conhecimento de mundo para desenvolver habilidades para as práticas do cotidiano. Nesse contexto, surge a questão problema que norteou os estudos para a elaboração desse artigo: quais desafios os educadores de Educação infantil encontram quando falamos de educação inclusiva frente ao atendimento de crianças autistas?

Nesse sentido, esse artigo tem por objetivo analisar as necessidades e os desafios para práticas pedagógicas educativas inclusivas para crianças autistas na Educação Infantil, tendo como referência os estudos dos documentos normativos e estudos das obras pautadas na formação docente.

METODOLOGIA

Para a elaboração desse artigo, tivemos como instrumento para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, visando analisar e refletir sobre o que dizem os documentos normativos a respeito da educação infantil e educação inclusiva, o que dizem os autores e pesquisadores em consonância à temática escolhida desse trabalho.

A finalidade desse caminho metodológico se deu partir dos descritores Autismo, Educação Infantil e Educação Inclusiva, na base de dados da Capes, com o objetivo de situar o contexto das práticas pedagógicas na educação infantil e educação inclusiva visando como ponto de partida a presença de crianças autistas. Nessa perspectiva, nas próximas seções apresentamos de forma breve, as análises dos estudos realizados por meio de narrativas, quais, se propõe a refletir como as práticas para uma educação inclusiva pode implicar no trabalho pedagógico e quais os desafios enfrentados pelos professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Estudos preliminares exploram as relações entre história e fundamentos da educação inclusiva. Nota-se que há uma quantidade crescente de literatura sobre essas temáticas, visto que diversos autores avaliam a necessidade do ingresso de pessoas com deficiência, nas redes regulares de ensino. Para Mantoan (2005, p. 50),

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é está com, é interagir com o outro.

Dados sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil apresentados por documentos normativos esclarecem que essa inserção é fundamental para

[...] Assegurar que as pessoas com deficiência desfrutem os mesmos direitos humanos de qualquer outra pessoa: elas são capazes de viver suas vidas como cidadão plenos, que podem dar contribuições valiosas à sociedade se tiverem as mesmas oportunidades que os outros têm (BRASIL, 2001, p. 34).

Assim sendo, é preciso lembrar que desde a educação infantil, é fundamental que as crianças aprendam sobre inclusão e que os docentes estejam formados e informados para as práticas inclusivas. Desse modo, é importante ressaltar que:

[...] práticas pedagógicas devem ocorrer de modo a não fragmentar a criança nas suas possibilidades de viver experiências, na sua compreensão do mundo feita pela totalidade de seus sentidos, no conhecimento que constrói a relação intrínseca entre a

razão e emoção, expressão corporal e verbal, experimentação prática e elaboração conceitual. As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas e controlar os esfíncteres, na escolha do que vestir, na atenção aos riscos de adoecimento mais fácil nessa faixa etária, no âmbito da Educação Infantil não são apenas práticas que respeitem o direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, como cumprimento do respeito a sua dignidade humana. Elas são também práticas que respeitem e atendem ao direito da criança de apropriar-se por meio de experiências corporais, dos modos, estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores que, intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas (BRASIL, 2009, p.10).

Posto isto, além de perceber as necessidades básicas das crianças que frequentam a educação infantil, os docentes são mediadores entre as interações e o conhecimento, seja ele sensorial, cognitivo, emocional ou motor. Esse conhecimento jamais pode ser algo pronto e acabado, ele tem de ser descoberto, construído, apropriado e reconstruído por meio das experiências sejam elas coletivas ou individuais, em uma relação constante de mediação.

O saber e o fazer pedagógico não é também um conhecimento pronto e acabado, deve estar em constante construção por meio das buscas e das formações continuadas.

No que concerne aos saberes docentes a serem desenvolvidos na formação de professores, nos termos de Nóvoa (2019),

Tornar-se professor - para nos servirmos do célebre título de Carl Rogers, Tornar-se pessoa - obriga a refletir sobre as dimensões pessoais, mas também sobre as dimensões coletivas do professorado. Não é possível aprender a profissão docente sem a presença, o apoio e a colaboração dos outros professores. Não se trata de convocar apenas as questões práticas ou a preparação profissional, no sentido técnico ou aplicado, mas de compreender a complexidade da profissão em todas as suas dimensões (teóricas, experienciais, culturais, políticas, ideológicas, simbólicas, etc.). Nesse sentido, a comparação mais adequada para a formação de professores é com a formação dos médicos ou dos engenheiros. Mas dizer isto, que parece simples, é pôr em causa muito do que se faz nas licenciaturas (NÓVOA, 2019, p. 6).

É na escola inclusiva que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, linguísticas, religiosas, ou outras, têm direito de acesso, de permanência e de sucesso. Esta visão é apoiada por Carvalho (2000), pois, uma escola inclusiva é aquela escola que “inclui a todos, que reconhece a diversidade e não tem preconceito contra as diferenças, que atende às necessidades de cada um e que promove a aprendizagem” (CARVALHO, 2000, p. 120).

A partir dos estudos realizados, é possível perceber com Anjos (2020), Andrade (2021), Brostolin e Souza (2023) a existência de muitos desafios em atender às necessidades de crianças com autismo que frequentam as salas de aula regular da educação infantil.

O acesso de crianças com autismo na educação infantil é uma realidade crescente no país, em consonância com o decreto da Lei 12.764 (BRASIL, 2012) que, formalmente,

caracteriza o autismo como deficiência e proíbe a recusa de matrículas para crianças autistas no ensino comum.

Olhando o autismo dentro do modelo social da deficiência, que compreende a deficiência como uma construção social, advinda da relação de uma pessoa com uma sociedade que não acolhe a variação corporal, o autismo se caracteriza, como “variações neurocognitivas, parte da diversidade natural da constituição da espécie humana, que imprime diferentes modos de ser e estar no mundo”, (MPSC, 2022, P. 12).

À vista disso, é preciso observar e conhecer as características dessas crianças para poder tornar as atividades acessíveis, lúdicas, planejar, descobrir suas habilidades e conseqüentemente ajudar no desenvolvimento da sua aprendizagem, comunicação e demais interações sociais, a partir de vários estímulos. Dessa forma, para Jiménez (1997), a inclusão é um movimento que procura repensar a escola, a fim de que esta deixe de ser homogênea e passe a ser heterogênea, oferecendo oportunidades a todos, sem preconceito e discriminação. A proposta de educação inclusiva fundamenta-se na, defesa dos valores éticos, nos princípios de justiça e de cidadania, para todos sem distinção.

Acerca da concepção de inclusão diante dos professores de educação infantil, Brostolin e Souza (2023) pontuam que a maioria dos professores afirma ser importante a inclusão, porém, nas suas falas dizem que no dia a dia nas salas de aula da educação infantil é algo muito novo, o que requer suporte e formação. Sobre isso, as autoras dizem que os professores reconhecem

que a convivência com o outro que é “diferente”, não é apenas estar junto ao outro, precisa principalmente de ações concretas que assegurem os recursos necessários, capazes de promover profunda mudanças de valores no comportamento das pessoas (BROSTOLIN; SOUZA, 2023, p. 55, grifo das autoras).

Lidar com a inclusão das crianças com deficiência nesse caso crianças autistas, precisa de adequação curricular, de organização de tempos e espaços, que garantam os direitos assegurados em lei para o acesso nas salas de aula comum. Por conseguinte, vale ressaltar que, conforme Magalhães (2011, p. 115), “[...] a concepção de deficiência produzida historicamente na sociedade impõe limites, incapacidades e classificação aos seres humanos, privando-os da possibilidade de participar ativamente de processos culturais”. Dessa forma, superar os desafios pedagógicos no processo de inclusão dos alunos com autismo requer escuta, formação e informação, sobretudo porque a prática pedagógica e a inclusão são um pilar para a construção de uma sociedade que valorize as diferenças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos partiram de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão, realizamos os levantamentos, assim como a seleção e a análise de produções acadêmicas que se alinharam ao eixo central do presente artigo. Selecionamos 3(três) artigos, diante dos estudos realizados, cuja a análise descritiva está a seguir, momento em que relataremos sobre as principais queixas encontradas pelos professores de educação infantil diante do assunto aqui abordado.

Andrade (2021) na sua dissertação de mestrado, relata que a perspectiva da educação inclusiva é mais que um ato de pensar sobre ou realizar alguma ação a respeito, é uma postura, é uma filosofia adotada em todos os sentidos, de forma holística. Para tanto, faz-se necessário romper com práticas excludentes tão comuns nos meios educacionais.

No que se refere às práticas pedagógicas inclusivas junto às crianças autistas na educação infantil, foi possível fazer uma reflexão sobre as falas das Professoras entrevistadas por Andrade (2021) as quais, quando questionadas sobre qual a maior dificuldade que elas encontraram no momento inicial de inclusão da criança em suas aulas, em resposta as professoras relataram desafios no momento de planejar e executar as atividades atendendo as supostas limitações da criança; na adaptação diante das dificuldades que autistas enfrentam para a socialização e, por conseguinte, as professoras também pontuaram sobre as preocupações de qual seria a reação da criança autista ao acompanhar a rotina da sala de aula.

Quando foi perguntado sobre as necessidades das crianças na faixa etária estudada: o que as professoras acham sobre suas aulas, incluem a criança com autismo? Quais seus anseios em relação à inclusão dessa criança? A resposta foi que sim, a parte didática em si já é um grande desafio. Outro relato foi que essa inclusão da criança autista na sala de aula regular nos momentos de atividades acontece em partes, as professoras dizem que não é fácil fazer a criança participar, bem como, diz não terem estrutura e material. Outra sinalização por parte das professoras é a necessidade de material de apoio didático para facilitar o desenvolvimento pedagógico da criança autista na turma.

A partir desses relatos podemos perceber que mesmo com tantos avanços sobre a temática, diante da crescente frequência das crianças autistas nas salas de aula regular, os professores ainda se sentem despreparados para atuar com essas crianças.

Partindo para outra pesquisa bibliográfica, acerca das principais dificuldades, dos desafios e das barreiras diárias enfrentadas por professores de alunos autistas em situação de inclusão na escola comum, Camargo *et al*, no seu artigo, traz os relatos de professores que

buscaram atividades diferentes para trabalhar com a criança autista, e que foi sensacional ver que em algumas havia muito interesse e destreza por parte da criança em realizar as atividades.

Já outro relato nos chamou a atenção dentro dos delineamentos do autor, é o relato da professora na tentativa em fazer atividades que a criança se interessa, que ela deseje tentar fazer, com isso, nessa questão, o relato da professora diferente do descrito acima, foi sobre a dificuldade em realizar as atividades e manter o interesse esperado, porque a professora disse não saber como trabalhar com a criança autista.

Cabe destacar o desabafo por parte dos demais docentes, pelos quais relatam acerca da dificuldade de socialização das crianças autistas, pois de acordo com o relato, a socialização dessas crianças é a maior dificuldade pelo fato das crianças com autismo ficarem só no “mundo delas isoladas”, diz as professoras. Ainda é enfatizada a questão de dizerem não conseguir fazer com que as crianças interajam com os outros colegas, é o mais difícil nas suas práticas.

Sobre a questão do processo de aprendizagem houve relatos das professoras não compreenderem e não conseguirem atingir nas suas práticas a aprendizagem da criança autista, fazer com que essas crianças aprendam, é também desafiador e existe os questionamentos de como interagir com essas crianças e como fazer ela aprender.

Diante de tais abordagens, trago uma reflexão baseada no artigo intitulado *A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil: desafios e possibilidades*, Anjos (2020) no qual destaca que na Educação Infantil, o trabalho pedagógico deve estar elencado no respeito à singularidade das crianças e à pluralidade de infâncias que se delineiam na sociedade, dependendo do contexto geográfico, dos fatores culturais, econômicos e históricos de um dado contexto.

São muitas as possibilidades e sujeitos envolvidos no planejamento e na organização do trabalho pedagógico do professor. Segundo Barbosa e Horn:

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador, observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67).

A partir desses estudos, observamos que os desafios apontados no trabalho pedagógico nas salas de aula da educação infantil na perspectiva da educação inclusiva para crianças

autistas seguem os mesmos apontamentos por parte dos professores: falhas na disponibilidade de recursos pedagógicos e subsídios que os docentes julgam necessários, tais como a formação continuada, parceria de ensino colaborativo.

Os estudos supracitados corroboram com o tema deste artigo, cujo os autores dizem que os desafios apontados pelos professores, na sua maioria, são dificuldades em atender crianças com autismo atrelando-se ao engajamento dessa criança às atividades escolares podendo na maioria das vezes, recusar-se a executar, o que é próprio como uma das características do funcionamento diversos de crianças autistas. Outro desafio apontado pelos professores no estudo dos autores é a questão comportamental, como a interação social, as ações que apresentam agressividade, em que a criança se tornar agressiva, inquieta, chora, se agride ou agride o outro, e por fim, o comprometimento com a comunicação oral, em que a criança não verbaliza seus anseios e necessidades. Isso nos faz refletir sobre o quão, muitas destas crianças, estão sofrendo micro agressões no espaço escolar pelo cerceamento de seus movimentos necessários para sua organização e a falta de outras possibilidades de comunicação que fogem do padrão da oralidade. É preciso olhar para esses comportamentos da criança, é preciso olhar também para esse contexto, percebendo se este está sendo acolhedor às diferenças ou mobilizador de tais comportamentos entendidos como agressivos. Ao considerar esses aspectos, percebeu-se a partir desse estudo, a importância dos professores terem formações que possibilite, se necessário, a ressignificação do que se entende por aprendizagem e interação, pois muitas vezes veem as crianças autistas a partir de um padrão normativo e não olham seu jeito de interagir e aprender como uma possibilidade do ser humano.

Esses dados confirmam que mesmo com tantos avanços nas políticas constituintes para educação inclusiva, ainda há uma lacuna a ser preenchida, que leve em consideração os saberes e desafios do cotidiano das salas de aula e que auxiliem os professores no exercício de uma práxis inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão no contexto escolar perpassou por uma longa jornada para garantia de direitos, e mesmo com tantos avanços ainda é perceptível os grandes desafios para romper com a ideia de homogeneidade presente no cotidiano escolar. É preciso repensar a respeito das organizações do cotidiano da educação infantil e sua relação com os tempos e espaços, para assim assegurar a concepção de criança e infância diante do que versa nos documentos normativos.

Podemos então dizer que não é a presença da criança autista que traz os desafios pedagógicos na perspectiva inclusiva frente ao atendimento dessas crianças, mas sim, a ausência de suporte, recursos, de formação continuada, de ensino colaborativo e a falta de um olhar atento ao direito do corpo ali presente.

É preciso criar espaços para debate no que se refere à organização escolar tanto do ambiente como do tempo; como são administrados os horários na prática de educação infantil frente à presença de crianças autistas; o que é priorizado no planejamento pedagógico, na organização do plano de gestão, do projeto político pedagógico; quanto tempo é destinado ao brincar; como e onde acontece a interação entre essas crianças dentro e fora das salas de aula. Pensar nessas organizações é pensar nas necessidades e no desenvolvimento dessas crianças, levando em consideração seus direitos de aprendizagem, pois todas têm suas potencialidades a serem despertadas para a formação de uma sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. S. A.. **Práticas pedagógicas inclusivas junto a crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil**. 93f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ivic.br/handle/123456789/1177>. Acesso em 16 abr. 2023.

ANJOS, A. M. T. dos. Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil: desafios e possibilidades no trabalho com sequências didáticas. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 48, 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/48/organizacao-do-trabalho-pedagogico-na-educacao-infantil-desafios-e-possibilidades-no-trabalho-com-sequencias-didaticas>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S.. Organização do espaço e do tempo na escola de educação infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (orgs.). Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: **Artmed**, 2001, p. 67-69.

BRASIL, **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, 2015. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> . Acesso em: 04 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em 22 mai. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**.

Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> . Acesso em: 06 fev. 2020.

BROSTOLIN, M. R.; SOUZA, T. M. F.. A docência na Educação Infantil: pontos e contrapontos de uma educação inclusiva , **Cad. Cedes**, Campinas, v. 43, n. 119, p.52-62, Jan.-Abr., 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/5JJrGTLJWZvF9HVNDnfBMkg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CAMARGO, S. P. H; SILVA, G. L.; CRESPO, R. O.; OLIVEIRA, C. R.; MAGALHÃES, S. L.. Desafios no Processo de Escolarização de Crianças com Autismo no Contexto Inclusivo: Diretrizes Para Formação Continuada na Perspectiva Para Formação Continuada de Professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, V. 36/e214220/ 2020.

DUTRA, C.. Colóquio: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão: Revista de Educação Especial**; Brasília, v.4, n1, p.18-32, jan/jun. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52471>. Acesso em: 06 jul. 2023.

JIMÉNEZ, R. B.. Uma escola para todos: A integração escolar. *In*: BATISTA, M. (Org.). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997. p. 21-35.

MAGALHÃES, R. C. B. P. (Org.). **Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília: Liber Livro, 2011.

MANTOAN, M. T. E.. **Igualdade e diferenças na escola: Como Andar No Fio da Navalha**. Instituto ARANTES, Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo, 2005, p. 50.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **Carta Educacional da Neurodiversidade**. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/mpsc-lanca-carta-educacional-da-neurodiversidade>. Acesso em 14 de outubro de 2023

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, v. 44, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/>. Acesso em: 25 jul. 2023.